

PLANO DE AÇÃO - Auditoria Operacional nº 951431							
Identificação do Problema							
Recomendação	Órgão responsável	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto	Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização
1) promover a gestão ambiental integrada dos planos, programas e projetos (PPP) desenvolvidos pelas demais Secretarias de Estado, acompanhando e apoiando tecnicamente as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs) na elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para as atividades de extração do minério de ferro;	Superintendência de Gestão Ambiental - SUGA/SEMAD Assessoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - ASSEA/SEMAD SEDECTES	André Luis Ruas/ASSEA Zuleika Stela Chiacchio Torquetti/ SUGA	Apoiar o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE para o setor de mineração de minério de ferro.	Planejamento do setor minerário para obter o desenvolvimento econômico sustentável visando delimitar potenciais áreas de implantação e expansão do setor e a preservação dos ecossistemas ferruginosos e seus mananciais, de forma a garantir a disponibilidade hídrica.	a ser definido pela SEDECTES	A ASSEA/SEMAD e a SEDECTES publicarão resolução conjunta reativando o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da SEDECTES, que irá coordenar a elaboração do Plano Estadual da Mineração e a Avaliação Ambiental Estratégica- AAE da mineração de minério de ferro. Esta ação depende da definição do NGA que é composto por 3 servidores da SEDECTES.	Em 25/04/18 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.627/18, que institui o Núcleo de Gestão Ambiental na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sedectes. As reuniões estão sendo realizadas. A SEDECTES instituiu grupo de trabalho intersetorial para elaboração de Termo de Referência para contratação do Plano Estadual da Mineração. A Semad faz parte do GT, com três representantes (titular e dois suplentes).
					janeiro/2018 a dezembro/2018	A SEMAD deverá garantir no orçamento previsto no PPAG para 2018, recursos para contratação de cooperação técnica, científica e financeira com instituição de relevante conhecimento nos procedimentos metodológicos da AAE em ação de responsabilidade da SEMAD. Custo: R\$ 200 mil	O orçamento para a contratação da consultoria foi previsto no PPAG 2018, porém não foi aprovado pela COF/SEF. Foi solicitado no PPAG 2019 novamente.
					após a definição da SEDECTES em relação ao planejamento do setor de mineração de minério de ferro que será coordenado pela SEDECTES.	A SUGA/SEMAD apoiará na elaboração do Termo de Referência- TR, juntamente com os demais representantes dos Núcleos de Gestão Ambiental-NGAs e especialistas a serem contratados pela SEMAD para desenvolvimento, consulta pública, revisão, dentre outros previstas no instrumento da AAE.	Secretário encaminhou pleito à COF/SEF em março/2018 solicitando transferência do recurso da TFRM para o SISEMA e está aguardando análise pela COF. Realizada primeira reunião para alinhamento entre o NGA da SEDECTES e a SUGA (abril/2018). Iniciada a articulação com a SEDECTES para elaboração do TR da AAE e da minuta do Termo de Cooperação Técnica entre secretarias. Está agendada para o dia 13/09/2018 reunião entre os secretários da SEMAD e da SEDECTES para acertos sobre o termos da cooperação entre as secretarias, incluindo o repasse do recurso da TFRM para elaboração da AAE.
2) desenvolver estudos de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de mineração de ferro por bacia hidrográfica, objetivando orientar a tomada de decisões e a compatibilização do uso e conservação dos recursos naturais.	Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais - DEPA/SUGA/ SEMAD	Zuleika S. Chiacchio Torquetti/ SUGA	Instituição da AAI como instrumento de apoio ao planejamento da implantação, operação e ampliação de empreendimentos de mineração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais por meio de uma Deliberação Normativa COPAM.	<ul style="list-style-type: none"> A identificação e avaliação de cumulatividade e sinergia resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de empreendimentos que exploram o minério de ferro, em determinada unidade territorial. Definição de diretrizes e recomendações que 	outubro a dezembro/2017	Retomada da discussão sobre a proposta de DN que institui a AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro, incluindo as definições técnicas sobre a abrangência de área de estudo, a estrutura metodológica, a responsabilidade de execução entre outros elementos.	Solicitação de alteração da "Ação a ser tomada" bem como do "cronograma executivo" referente a recomendação nº2, conforme Nota Técnica nº 1/SEMAD/SUGA/2018, anexa. O resultado das discussões técnicas entre SEMAD e seus órgãos vinculados FEAM e IGAM concluiu pela inviabilidade de elaboração de minuta de Deliberação Normativa, nesse momento, para regulamentar o instrumento AAI para a atividade de mineração de ferro.
					1º semestre/2018	Elaboração da minuta de Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro e encaminhamento para aprovação no COPAM.	Realizada discussão com dirigentes da SEMAD, que indicou novo posicionamento institucional, tendo como diretriz a elaboração de metodologia para inserção de critérios de AAI no âmbito dos

				<p>venham reduzir os riscos e incertezas no processo de desenvolvimento socioambiental, considerando a implantação de novos empreendimentos de mineração de minério de ferro ou a ampliação dos existentes, inclusive de estruturas auxiliares como barragens de rejeitos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhoria da eficácia dos estudos de avaliação individualizada associados à regularização ambiental de empreendimentos de mineração de minério de ferro, sendo a AAI um subsídio para a elaboração dos Termos de Referência mais específicos dos estudos ambientais para fins de licenciamento. Identificação e definição de estratégias para reabilitação de passivos ambientais e para atendimento aos requisitos legais para a fase de Fechamento de Mina. 	<p>2º semestre/2018, conforme disponibilidade de pauta na CNR/COPAM</p>	<p>Processo de aprovação da Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro no COPAM.</p>	<p>processos de licenciamento ambiental das atividades de mineração de ferro. Nova proposta de Plano de Ação seguirá, na forma de Nota Técnica DEPA/SUGA a ser enviada via processo SEI.</p> <p>Nova proposta de cronograma:</p> <p>Desenvolvimento da proposta metodológica inclusão da AAI no licenciamento ambiental do setor de extração de minério de ferro, a partir de estudo em área piloto:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Definição da área de estudo piloto. 2- Levantamento de dados georreferenciados. 3- Inserção na IDE Sisema. 4- Análise ambiental territorial. <p>5- Diagnóstico de impactos ambientais sobrepostos.</p> <p>6- Avaliação da efetividade e aplicabilidade dos resultados.</p> <p>7- Definição de instrumento contendo a base metodológica para AAI da mineração de ferro, em vista dos resultados do estudo e da avaliação da viabilidade técnica e institucional.</p> <p>Prazo: Setembro/2020 (24 meses)</p>
<p>3) promover a revisão do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM com vistas a oferecer informações abrangentes e atualizadas, necessárias às atividades de licenciamento ambiental, enquanto não houver migração de suas funções para o Sistema Integrado de Meio Ambiente – SISEMANet;</p>	<p>Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/ SEMAD</p>	<p>Pedro Calixto/STI</p>	<p>A SEMAD aprovou um conjunto de sistemas prioritários para os anos de 2017/2018, com vistas à melhoria dos seus processos.</p> <p>Especificamente relacionado ao Licenciamento Ambiental, foi autorizado o desenvolvimento de um sistema de Licenciamento Simplificado, de forma a desburocratizar a regularização de empreendimentos de</p>	<ul style="list-style-type: none"> Celeridade na obtenção da Licença Ambiental pelo Empreendedor; Disponibilizar à sociedade informações atualizadas sobre licenciamento dos empreendimentos minerários; Gerir de forma eficiente o licenciamento ambiental, essencialmente de atividades minerárias 	<p>até dezembro/2017</p>	<p>Levantamento de requisitos - Sistema Licenciamento Ambiental Simplificado</p>	<p>Foi elaborada a versão inicial do sistema, chamado sistema de requerimento de licenciamento ambiental, concluída em março/2018. O levantamento de requisitos foi concluído em agosto/18 e o escopo do sistema foi ampliado para atender todas as modalidades de licenciamento. Para acessar a versão inicial do sistema utilize o link a seguir:</p> <p>http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br</p>
					<p>até junho/2018</p>	<p>Desenvolvimento do sistema Licenciamento Ambiental Simplificado</p>	<p>Em função da implantação do sistema de requerimento de licenciamento ambiental (versão 1), que foi desenvolvido previamente ao sistema de licenciamento ambiental simplificado, e com a ampliação do escopo do sistema a previsão para o lançamento do sistema de licenciamento ambiental é janeiro/18.</p>

			baixo impacto no estado, o que representa 7289 processos da demanda por regularização. Estamos também desenvolvendo o Sistema de Agendamento - SIAG, cuja finalidade é introduzir o FCE e FOB <i>online</i> e agendar o acesso às SUPRAMs via web e através do LigMinas.		agosto/2017	Assinatura do termo de cooperação técnica - Sistema de Agendamento	O sistema de agendamento foi desenvolvido e já encontra-se implantado em todas as Suprams, desde 06/03/18, por meio do Portal www.mg.gov.br , pelo aplicativo MG APP e pelo Lig Minas (155).
					até novembro/2017	Desenvolvimento do Sistema de Agendamento	
					até dezembro/2017	Implantação do Sistema de Agendamento em 3 Superintendências Regionais	
4) informar o prazo final para implementação do SISEMANet, contemplando, até, a efetiva migração dos dados do SIAM;	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/ SEMAD	Pedro Calixto/STI	Após uma análise técnica por parte da Superintendência de Tecnologia da Informação, identificou-se a necessidade de revisão da estratégia em relação do SISEMANET, o qual não será retomado nos moldes inicialmente previstos. Essa mudança, busca a implementação gradual de sistemas numa nova arquitetura de forma a se evitar a construção de um grande sistema que dependa de integração que não são facilmente identificáveis. Nesse sentido, adotou-se a estratégia de reformulação do portal de segurança para consolidação de uma base única para os usuários dos sistemas do meio ambiente. Após a construção dessa base serão desenvolvidos novos sistemas nessa mesma base de forma gradual até que os sistemas estejam com o cadastro centralizado nesse portal. Até lá o SIAM continuará funcionando paralelamente e não há uma previsão para migração, que ocorrerá após um maior avanço dos estudos técnicos do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir maior transparência ao processo de licenciamento ambiental; • Gerir as informações ambientais de forma eficiente no âmbito do Sisema; • Permitir maior celeridade na execução das ações na área de licenciamento e fiscalização ambiental através de sistema online. 	até setembro/2017	Levantamento de Requisitos - Portal de Segurança	O sistema foi desenvolvido e homologado em 26/01/18, não é possível indicar o link uma vez que trata-se de acesso interno.
					até outubro/2017	Desenvolvimento do sistema - Portal de Segurança	
					até novembro/2017	Homologação do sistema - Portal de Segurança	
					até dezembro/2017	Testes do sistema - Portal de Segurança	
					janeiro/2018	Início do sistema em produção - Portal de Segurança	Foram mapeados outros processos da área de fiscalização e o escopo do sistema foi ampliado para abranger, além dos autos de infração, outros processos, como denúncias dos cidadãos e requisições de órgãos de controle, fiscalizações, lavratura e processamento de autos de infração. Foi entregue o documento de visão, com prazo estimado para desenvolvimento de 6 meses. Após esse planejamento, o sistema de licenciamento teve o seu escopo ampliado para atender todos os tipos de licenciamento e, portanto, o início do desenvolvimento do sistema de fiscalização depende de contratação de uma empresa de desenvolvimento. Desta forma, está sendo feito um planejamento de TI para 2019 e essa ação será incluída, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.
					Outubro a novembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Autos de Infração	
					Dezembro a Abril/2018	Desenvolvimento do sistema - Sistema Autos de Infração	
					Maio a Junho/2018	Homologação do sistema - Sistema Autos de Infração	
					Julho/2018	Início do sistema em produção - Autos de Infração	

5)manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMANet), de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc.	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/ SEMAD	Pedro Calixto/STI	A Semad contratou a Prodemge para desenvolver o novo Sistema de Digitalização de Documentos - DIGIDESK, permitindo, em tempo real, a publicação de todos os documentos digitalizados no SIAM. A SEMAD, por meio da STI, em conjunto com a DGTA, está revisando e padronizando toda a base de dados GEO do SISEMA, disponibilizando, assim, sua Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE para o público em geral. A STI está desenvolvendo o Portal de Transparência do SISEMA, o qual se encontra em fase elaboração. Através do Portal da Transparência do SISEMA, pretende-se disponibilizar informações sobre atos autorizativos e fiscalizatórios	•Disponibilização ao cidadão em tempo real de todos os documentos de licenciamento via web. •Disponibilização dos dados GEO online. • Permitir maior transparência ao processo de licenciamento e fiscalização ambiental.	até setembro/2017	Definição de padrões de tecnologia para Geoprocessamento	A IDE foi lançada para o público interno em 20/12/17 e disponibilizada ao público externo em fevereiro/2018. Para acessar, clique em http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/
					até dezembro/2017	Desenvolvimento do portal interno para upload de camadas - IDE	
					até abril/2018	Desenvolvimento do módulo de administração - IDE	
					Junho/2018	Disponibilização da IDE	
					até outubro/2017	Avaliação do Portal da Transparência em homologação	Em 01/02/18 foi homologado Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais nos autos da Ação Civil Pública nº 2500927-09.2013.8.13.0024 , onde na cláusula 2.1 há previsão de implementação do Portal da Transparência em um ano, ou seja, até 01/02/19. Para cumprimento dos prazos e obrigações do Acordo, foi elaborada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2671 de 29/08/2018, publicada em 31/08/2018. O desenvolvimento do Portal já está em andamento e a previsão para conclusão é novembro/2018
					até dezembro/2017	Ajustes no Portal da Transparência	
					até maio/2018	Testes no Portal da Transparência	
					Agosto/2018	Publicação da versão final do Portal da Transparência	
6) estabelecer padrões e normas específicas para os procedimentos e critérios técnicos metodológicos adotados no processo de licenciamento ambiental por tipo de empreendimento;	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SURAM/ SEMAD Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD	Liliana Mateus/ SUARA Bruno Tavares/ ASNOP	Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016. Foram elaboradas 08 Orientações SISEMA e 08 Instruções de Serviços. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004. Estão em elaboração minutas de decretos da organização e das competências das entidades vinculadas ao Sisema (IEF, FEAM e IGAM). Ressalta-se, ainda, que foram criadas Câmaras Técnicas Especializadas por meio do Decreto Estadual n.º 46.953/2016. Além disso, está prevista a realização de treinamentos para todas as	Com a nova estrutura do licenciamento ambiental, com a alteração da organização da Semad, IEF, IGAM e FEAM e com o fomento de Orientações e Instruções de serviços, estima-se que às atividades inerentes aos processos de licenciamento ambiental sejam padronizadas, evitando que cada analista/gestor ambiental estabeleça seus próprios critérios e métodos de análise. Com a criação das Câmaras Técnicas, com caráter deliberativo e normativo, permite-se que os processos de	Contínuo	Elaboração de Orientações e Instruções de Serviço	Foram elaboradas as seguintes Orientações e Instruções: IS 01/2017 - Procedimentos para formalização e análise de PACUERA, IS 02/2017 - Compensação pelo corte ou supressão de vegetação primária ou secundária dos estágios médio ou avançado de regeneração no bioma Mata Atlântica; IS 04/2017 - Dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental – NUCAMS; IS 05/2017 - Procedimentos gerais para operacionalização da cobrança dos custos de análise, arquivamento, transferências de titularidade e restituição de processos de regularização ambiental; IS 06/2017 - Procedimentos para a emissão de Parecer Único para subsidiar a decisão dos órgãos colegiados nos autos dos processos administrativos originados de autos de infração que possuam defesa administrativa ou recurso tempestivos; IS 07/2017 - Procedimentos para juízos de admissibilidade dos recursos contra decisão em processo administrativo de regularização ambiental; IS 08/2017 - Procedimentos para análise dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e de

			Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional.	cada regional do Sisema seja analisado pelo mesmo conselho, o que fomenta a padronização das decisões administrativas relacionadas ao licenciamento ambiental.		atividades efetiva ou potencialmente causadoras de impactos sobre cavidades naturais subterrâneas; IS 01/2018 - Procedimentos para aplicação da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 06 de dezembro de 2017; IS 02/2018 - Procedimentos aplicáveis à gestão do banco de declarações ambientais e para o licenciamento ambiental de barragens de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração; IS 04/2018 - Procedimentos para elaboração, análise e acompanhamento dos programas de educação ambiental exigíveis nos processos administrativos de licenciamento ambiental; e OS 04/2017 - Orientações para aplicação do Decreto Estadual nº 47.137/2017. Para acessar as orientações de serviço basta clicar em http://www.meioambiente.mg.gov.br/semad/orientacoes-de-servico , e para acessar as instruções de serviço clique em http://www.meioambiente.mg.gov.br/semad/instrucoes-de-servico
					17 a 19 de outubro/2017	<p>Curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro.</p> <p>Capacitações realizadas, sob a coordenação da SUARA e apoio da SGDP, para servidores das nove Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM): Compensação Ambiental - procedimentos e legislação aplicáveis (21 a 23-02-17); Lavratura de autos de infração (28 a 30-03-2017); Cavidades (22 a 26-05-2017); Gestão de Resíduos Sólidos (27 a 29-06-2017); Emissões atmosféricas e qualidade do ar (25 a 27-07-17); Instrução de serviço nº 08/2017 - Procedimentos para análise dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades efetiva ou potencialmente causadoras de impactos sobre cavidades naturais subterrâneas (28 a 31-08 e 1º-9-2017); Gestão de efluentes Líquidos (19 a 21-09-2017); Mineração - Módulo I – Direito Minerário (24 a 26-10-2017); Termos de Referência para elaboração do relatório ambiental simplificado (RAS) e modelo de parecer Único (PU) (30-11-2017). Foram, realizados em 2018 as capacitações pelo IGAM e IEF para servidores das respectivas equipes, bem como das nove e Suprams e Semad: Módulo I - captação em poço tubular já existente (poço artesiano), perfuração de poço tubular (poço artesiano) e captação em corpos de água (rios, lagoas naturais, etc. 13 e 14-04-2018; SINAFLOR: utilização do sistema de controle de intervenções ambientais e exploração florestal (17 a 19-04-2018); DOF: utilização do sistema de controle do transporte, uso, armazenamento, beneficiamento de produtos e subprodutos florestais (08 a 10-05-2018). Estão previstos ainda capacitações pelo IGAM, IEF e FEAM: Gerenciamento de áreas contaminadas, gestão ambiental de barragens de rejeito e barragens de resíduos; Módulo II - captação em barramento – sem regularização de</p>

							vazão, captação em barramento - com regularização de vazão, barramento sem captação e barramento sem captação para regularização de vazão (setembro/2018); Compensações minerárias e de mata atlântica: procedimentos e análise dos processos (data a definir)
					até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558
					até dezembro/2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM	Foram publicados os Decretos de Competências do IEF Decreto nº 47344, de 23/01/2018 do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos foram publicados no dia 24/01/2018 conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466 e da Feam, decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543
7)criar Termos de Referência específicos para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, relativos aos empreendimentos de minério de ferro, considerando o meio ambiente como um todo (natural, socioeconômico, patrimônio histórico e arqueológico);	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMA Gerência de Pesquisas e Projetos - GEPRO/FEAM	Liliana Mateus/SUARA Luana Temponi/FEAM	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017, que tem por objetivo a elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, a qual proporcionará mudanças nos procedimentos de regularização ambiental e acarretará a necessidade de alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locais. Este trabalho	* Atuação uniforme nos órgãos do Sisema para as ações relacionadas as atividades minerárias; * Maior eficiência na recuperação de áreas degradadas pelas atividades minerárias; * Sistemática única para paralisação temporária de atividades minerárias, bem como para fechamento de minas.	26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações, resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&posicaoPagCorrente=197925&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=108&paginaDestino=80&indice=80 A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.
					19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	
					08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
					05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
					até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	
					até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18, Para acessar seu conteúdo clique em http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idN

			será desenvolvido em conjunto pela Semad e FEAM.			orma=45558
				a ser definido	Alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locais.	<p>1) Em atendimento à DN 217/2017, foram elaborados e disponibilizados no sítio eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência para elaboração do relatório ambiental simplificado (RAS): GERAL (utilizar somente quando não houver termo específico); Atividades minerárias (Listagem A, exceto Gás Natural; Gás Natural); A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários (somente para ampliação); E-01-18-1 Correia transportadora externa aos limites de empreendimentos minerários; E-01-10-4 Dutos para transporte e distribuição de gás natural, exceto malha de distribuição; Código F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. 2) Foram elaborados e disponibilizados no sítio eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência dos critérios locais - 2.1) subsidiados pelo IEF: Localização prevista em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei; Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”, exceto árvores isoladas; Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas; Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, exceto APA; Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal; e Localização prevista em áreas designadas como Sítios Ramsar; 2.2) Subsidiados pelo IGAM: Localização prevista em área de drenagem a montante de trecho de curso d’água enquadrado em classe especial; Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos; Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.</p> <p>Está planejada revisão do Termo de Referência inerente ao RCA e EIA/RIMA, com prazo para dezembro de 2018. Os termos de referência podem ser acessados através do link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/351-termos-de-referencia</p>

8)manter a atualização do Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI, observadas as mudanças da legislação ambiental;	Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/ SEMAD Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/ SEMAD Superintendência de Políticas Regionais - SUPOR/SUGER/ SEMAD	Liliana Nappi/ SUARA Pedro Calixto/STI Flávia Simão/ SUPOR	Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, sendo que após sua aprovação pretende-se a atualização de todos os FOBs, conforme as novas diretrizes. Assim, após definição da documentação necessária à formalização dos processos de regularização ambiental, o sistema deverá ser atualizado e as Suprams orientadas para padronização da aplicação.	* Estabelecimento de estudos específicos relacionados aos empreendimentos e atividades, o que demandará FCEs específicos às atividades e, por conseguinte, gerará FOBs específicos; * Atualização da base documental dos procedimentos operacionais; * Atualização dos procedimentos; * Padronização dos fluxos de trabalho; * Uniformidade e padronização de documentos para formalização de processo pelo empreendedor; * Transparência na informação ambiental.	1º semestre/2018	Atualização de FOBs e FCEs	Foi instituído o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) eletrônico, acessado no Sistema Requerimento de Licenciamento Ambiental, plataforma destinada a fornecer o primeiro passo para a regularização ambiental, ou seja, a requisição para que se instaure o processo de licenciamento ambiental. Essa requisição, atualmente, obedece a padrão único de formulário, o que aumenta assertividade das informações e agiliza o processo. Por meio do sistema mencionado também é gerada a orientação para formalização de licenciamento, no que se refere à relação de documentos necessários à instrução do processo. A referida relação de documentos foi objeto de um trabalho minucioso e progressivo de revisão, cujo encerramento ocorreu em 30/07/2018. O FCE pode ser acessado para preenchimento no sistema de requerimento de licenciamento ambiental, conforme link a seguir http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/ . Na aba FCE eletrônico basta acessar o link indicado sobre o FCE e ao abrir a planilha, a tela 9 apresenta os documentos necessários.
					2º semestre/2018	Atualização do sistema e orientação às Suprams	Em 16/03/18, foram disponibilizados às Suprams os logins de acesso ao sistema de requerimento de licenciamento ambiental, junto com o Manual de Operação, que pode ser acessado através do link: http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/site/legislacao
9) observar o disposto no inciso V do art. 41 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, quanto à necessidade de plano diretor para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;	Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM/SEMAD	Antônio Malard/ SURAM	Ao contrário da Lei Federal n.º 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Lei Federal n.º 10.257/2001 não discorreu sobre os mecanismos para que se adotem medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor. A ausência de norma a regulamentar as medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor municipal, inviabiliza o seu cumprimento.	Depende de regulamentação no âmbito federal	N/A	Art. 41 do Estatuto da Cidade pendente de regulamentação para aplicação no âmbito dos estados	Está sendo discutida com a Secretaria de estado de Cidades e Integração Regional - SECIR a minuta de Decreto que regulamenta o art. 41 , inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, cuja previsão de conclusão é dezembro/2018.

10)tomar as providências e medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estatuídas na Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina, mediante controle do SISEMA, por meio de procedimentos fiscalizatórios, auditorias, relatórios de avaliação, realizados pelos órgãos ambientais competentes.	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD	Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - FEAM	Liliana Mateus/SUARA	Marina Melo/FEAM	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. A primeira reunião ocorreu em 26/06/17.	* Revisão das normas estaduais; * Padronização dos estudos ambientais; * Melhoria na gestão e fiscalização de minerações.	26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&posicaoPagCorrente=197925&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=108&paginaDestino=80&indice=80 A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.
							19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	
							08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
							05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
							até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	

11) realizar estudos sobre a evasão dos técnicos da SEMAD, objetivando o encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa, de modo a criar mecanismos que incentivem a permanência daqueles profissionais na carreira de Analista Ambiental	SUGER	Renato Alves Pereira/ SGDP	<p>Após acordo homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJ/MG, foram instituídos 02 (dois) Grupos de Trabalho, por meio da Resolução SEMAD nº 2393, de 28 de julho de 2016, que visa à realização de diagnóstico e ações para a melhoria das condições de trabalho e da estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema, e da Resolução Conjunta SEPLAG/SISEMA nº 9584, de 27 de julho de 2016, para promover estudos e elaborar propostas relativas ao plano de carreiras e à remuneração dos servidores do Sisema. Após várias reuniões do Grupo de Trabalho a SEMAD encaminhou à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG a minuta do Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 15.461, de 13 de janeiro de 2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e a minuta que altera o Decreto nº 44.775, de 10 de abril de 2008, que regulamenta a gratificação GEDAMA percebida pelos servidores efetivos do SISEMA.</p> <p>A SEMAD solicitou prioridade na análise e os devidos encaminhamentos, uma vez que conforme acordo homologado pelo TJ/MG quando superadas as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF o PL deverá</p>	<p>* Incentivo à permanência dos servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>* Melhoria do clima organizacional</p> <p>* Entrega de resultados mais satisfatórios para a sociedade</p>	<p>Publicação do Decreto em até 10 dias, após o Estado de Minas Gerais superar as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, os gastos com despesa de pessoal serem inferiores a 46,55% da receita corrente líquida. Publicação da Lei após aprovação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (o PL deverá tramitar em regime de urgência) e sanção do Governador, ambas as publicações conforme Acordo Homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.</p>	N/A	N/A
--	-------	----------------------------	---	---	---	-----	-----

			<p>tramitar em regime de urgência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Decreto ser publicado em até 10 dias.</p> <p>Em que pese os encaminhamentos mencionados, a SEMAD vem permanentemente adotando posturas proativas com o intuito de conciliar o interesse público com o interesse dos seus servidores.</p> <p>Prova disso é a publicação, em 09 de abril de 2015, do Decreto nº 46.737/2015 que alterou a fórmula de cálculo da Gratificação GEDAMA. A referida publicação permitiu o cálculo do VT proporcional a 50% do valor do vencimento básico do nível I, grau A, da carreira a que pertencer o servidor, bem como a concessão de nota de avaliação de desempenho individual na proporção de 70% até a conclusão da primeira etapa da Avaliação Especial de Desempenho – AED, ou seja, direito ao recebimento imediato da GEDAMA.</p> <p>Em que pese todas ações terem sido tomadas no âmbito do Sisema a implementação efetiva do acordo judicial homologado depende das ações SEPLAG, SECCRI e AGE no âmbito do poder executivo e da aprovação da ALMG no âmbito do legislativo.</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

12)avaliar, por ocasião do provimento de cargos e da movimentação de pessoal, a necessidade de distribuição proporcional dos servidores entre as Superintendências da SEMAD, considerando, entre outros critérios, a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento ambiental para atividades decorrentes da exploração do minério de ferro e o estoque de processos existentes em cada unidade	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD	Renato Alves Pereira/ SGDP	<p>A SEMAD tem elaborado materiais técnicos visando ao mapeamento e planejamento da sua força de trabalho como forma de subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos referentes a produtividade setorial das Superintendências Regionais de Meio Ambiente - Suprams. Fazem parte do conjunto desses materiais técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e Planejamento da Força de Trabalho – importante ferramenta para a Gestão de Pessoas, que tem como objetivo o aumento da qualidade na execução dos serviços prestados, em decorrência da alocação de pessoas, no quantitativo ideal, de acordo com as competências necessárias para o desempenho eficaz das atividades. • Relatório Gerencial – que tem por objetivo identificar os processos executados pelas Suprams, mediante a coleta dos dados provenientes dos relatórios elaborados pelas Subsecretarias de Regularização Ambiental, de Fiscalização Ambiental e de Gestão Regional, com a análise dos resultados alcançados, projeções de desempenho e proposição de ações para aperfeiçoamento dos processos. • Alinhamento Estratégico - referente à performance no Licenciamento Ambiental, com a Representatividade do Licenciamento nas Suprams desde 2013; o Perfil Histórico da 	Melhor distribuição proporcional dos servidores entre as Suprams, considerando a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento, bem como o número de processos de licenciamento existentes nas Suprams.	Ações já realizadas e contínuas	<p>Cronograma de visitas e treinamentos realizados nos Regionais do Sisema, na Remodelagem Institucional:</p> <p>Sul de Minas (Varginha): 28/09 a 30/09; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia): 04/10 a 06/10; Norte de Minas (Montes Claros): 18/10 a 20/10; Alto São Francisco (Divinópolis): 25/10 a 27/10; Jequitinhonha (Diamantina): 08/11 a 10/11; Leste Mineiro (Governador Valadares): 22/11 a 25/11; Central Metropolitana (Belo Horizonte): 30/11 a 02/12; Zona da Mata (Ubá): 05/12 a 07/12; Noroeste (Unaí): 13/12 a 16/12.</p>	Após a publicação dos Decretos de Competências do Igam, da Feam e do IEF, em janeiro/2018, foi realizada nova análise para redistribuição de pessoas, considerando as novas estruturas e competências assumidas pelas entidades, atendendo, dentro do possível, uma distribuição proporcional de servidores entre as unidades do Sisema.
---	---	----------------------------	--	--	---------------------------------	--	--

			<p>Evolução do Passivo do Licenciamento Ambiental; a Tendência de Agravamento da Acumulação do Passivo do Licenciamento; a Performance Geral das Suprams e por Supram individualizada da Entrada e Finalização de Processos do Licenciamento Ambiental.</p> <p>* Em ocasião da remodelagem da Semad, pela Lei 21.972/16 e Decreto 47.042/16, todas as Suprams foram visitadas e houve avaliação e distribuição dos servidores disponíveis nas unidades administrativas</p>				
13) capacitar os Analistas Ambientais para o exercício das funções inerentes ao cargo, com base em diagnóstico das necessidades demandadas pelas SUPRAMs (alínea — "e" do subitem 3.3.1 da fundamentação)	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD	Renato Alves Pereira/ SGDP	<p>A SEMAD, desde o início do ano de 2017, tem executado ações de desenvolvimento, com o propósito de criar a mentalidade da aprendizagem contínua e do autodesenvolvimento do seu quadro de servidores, utilizando como instrutores os servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com experiência e conhecimento avançado na matéria.</p> <p>Nesse primeiro momento, o foco está sobre o Licenciamento Ambiental, conforme cronograma dos cursos abaixo, atendendo fortemente às demandas</p>	<p>* Imbuir o servidor efetivo de conhecimento técnico/jurídico sobre suas atividades laborativas;</p> <p>* Valorizar os servidores das carreiras do meio ambiente;</p> <p>* Propiciar o conhecimento técnico/científico institucional;</p> <p>* Incentivar a permanência do servidor nas organizações estatais;</p> <p>* Fomentar a padronização da aplicação de normas e procedimentos</p>	Março/2017	Lavratura de Autos de Infração	<p>Capacitações da Subsecretaria de Regularização Ambiental:</p> <p>Fevereiro/2017 Compensação Ambiental</p> <p>Março/2017 Lavratura de Autos de Infração</p> <p>Abril/2017 Abate de Animais e Frigoríficos</p> <p>Junho/2017 Resíduos Sólidos</p> <p>Julho/2017 Efluentes Atmosféricos e Qualidade do Ar</p> <p>Setembro/2017 Efluentes Líquidos</p> <p>Outubro/2017 Atividade Minerária</p> <p>Novembro/2017 Orientações para análise do Relatório Ambiental Simplificado - RAS</p> <p>Além destas, mais direcionadas às atividades de regularização ambiental, outras capacitações e cursos são desenvolvidos no âmbito do Sisema, conforme necessidade mapeada:</p> <p>Alinhamentos Institucionais SEMAD:</p> <p>Maio/2017 e Junho/2018</p> <p>Cronograma de capacitações no portal Trilhas do Saber 2018:</p> <p>Abril/18 - Formação de Instrutores em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; e Atendimento no Serviço Público</p> <p>Maio/18 - Orçamento Público; Noções Básicas sobre</p>
					Abril/2017	Abate de Animais e Frigoríficos	
					Maio/2017	Introdução à Espeleologia	

			encaminhadas pelas Suprams		<div>Junho/2017</div> <div>Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos Industriais</div>	<p>Estágio</p> <p>Junho/18 - Noções Básicas de Gerenciamento de Recursos Hídricos</p> <p>Agosto/18 - Curso de Ética e Regime Disciplinar</p> <p>Setembro/18 - Noções Básicas de Águas Subterrâneas; Gestão Patrimonial; Curso Introdutório para Conselheiros (Membros de Comitês de Bacias); Qgis (Jequitinhonha, Triângulo e Noroeste); Comissão de Avaliação (membros)</p> <p>Outubro/18 - Qgis (Sede); Gestão de Pessoas</p> <p>Novembro/18 - Noções Básicas Administração Pública; Bens Públicos; Qgis (Zona Mata, Central Metropolitana e Norte)</p> <p>Dezembro/18 - Compartilhamento de Informação; Qgis (Sul, Leste e Alto São Francisco)</p> <p>Capacitações Sisema/PEA:</p> <p>11 a 12/04/2018 – IEF - Sinaflor</p> <p>12 e 13/04/2018 – IGAM - Outorga</p> <p>08 a 10/05/2018 – IEF - DOF</p> <p>21 a 25/05/2018 – IEF - SICAR</p> <p>21 a 24/08/2018 – FEAM - Resíduos Sólidos e Esgoto Sanitário</p> <p>Setembro/2018 – IGAM - Barramento</p> <p>20 a 23/11/2018 – FEAM - Resíduos Sólidos e Esgoto Sanitário</p> <p>Cronograma Subsecretaria de Fiscalização Ambiental - Decreto 47.383:</p> <p>13/03/2018 9ª Cia PM Ind Mat – Uberlândia</p> <p>14/03/2018 5ª Cia PM Ind Mat – Uberaba</p> <p>15/03/2018 10ª Cia PM Ind Mat – Patos de Minas</p> <p>20/03/2018 11ª Cia PM Ind Mat – Montes Claros</p> <p>22/03/2018 16ª Cia PM Ind Mat – Unaí</p> <p>22/03/2018 Cia PM MAMB – Belo Horizonte</p> <p>26/03/2018 7ª Cia PM Mat – Divinópolis</p> <p>27/03/2018 4ª Cia PM Ind Mat – Juiz de Fora</p> <p>28/03/2018 13ª Cia PM Ind Mat – Barbacena</p> <p>28/03/2018 14ª Cia PM Mat – Curvelo</p> <p>03/04/2018 15ª Cia PM Ind Mat – Teófilo Otoni</p> <p>03/04/2018 18ª Cia PM Ind Mat – Poços de Caldas</p> <p>04/04/2018 8ª Cia PM Ind Mat – Governador Valadares</p> <p>04/04/2018 17ª Cia PM Ind Mat – Pouso Alegre</p> <p>05/04/2018 12ª Cia PM Ind Mat – Ipatinga</p> <p>05/04/2018 6ª Cia PM Ind MAT – Lavras (SUPRAM SM)</p> <p>Treinamento para PMMG / CIA's PM Ind Mat e CIA PM Mamb - DN 217:</p> <p>13/03/2018 9ª Cia PM Ind Mat – Uberlândia</p> <p>14/03/2018 5ª Cia PM Ind Mat – Uberaba</p> <p>15/03/2018 10ª Cia PM Ind Mat – Patos de Minas</p> <p>20/03/2018 11ª Cia PM Ind Mat – Montes Claros</p> <p>22/03/2018 16ª Cia PM Ind Mat – Unaí</p> <p>22/03/2018 Cia PM MAMB – Belo Horizonte</p>
					<div>Julho/2017</div> <div>Emissões Atmosféricas</div>	
					<div>Agosto/2017</div> <div>Intervenções Ambientais - Módulo I</div>	
					<div>Setembro/2017</div> <div>Mineração - Módulo I</div>	
					<div>Outubro/2017</div> <div>Espeleologia</div>	
					<div>Planejamento de todo o conteúdo a ser desenvolvido no ano de 2018, considerando o diagnóstico das necessidades demandadas pelas Suprams.</div>	
14)realizar eventos internos de capacitação e treinamento, de modo a difundir conhecimentos, técnicas e boas práticas, utilizando os servidores mais experientes como instrutores (alínea —"f" do subitem 3.3.1 da fundamentação	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD					

					<div>Novembro/2017</div> <div>Socioeconomia</div>	<div>26/03/2018 7ª Cia PM Mat – Divinópolis</div> <div>27/03/2018 4ª Cia PM Ind Mat – Juiz de Fora</div> <div>28/03/2018 13ª Cia PM Ind Mat – Barbacena</div> <div>28/03/2018 14ª Cia PM Mat – Curvelo</div> <div>03/04/2018 15ª Cia PM Ind Mat – Teófilo Otoni</div> <div>03/04/2018 18ª Cia PM Ind Mat – Poços de Caldas</div> <div>04/04/2018 8ª Cia PM Ind Mat – Governador Valadares</div> <div>04/04/2018 17ª Cia PM Ind Mat – Pouso Alegre</div> <div>05/04/2018 12ª Cia PM Ind Mat – Ipatinga</div> <div>05/04/2018 6ª Cia PM Ind MAT – Lavras (SUPRAM SM)</div> <div>Cronograma Subsecretaria de Fiscalização Ambiental - Capacitação Técnica:</div> <div>22 e 23/05/2018 11ª Cia PM Mamb – Montes Claros</div> <div>24 e 25/05/2018 14ª Cia PM Mamb – Curvelo</div> <div>13 e 14/06/2018 1ª Cia PM Mamb – RMBH – Belo Horizonte</div> <div>17 e 18/07/2018 18ª Cia PM Mamb – Poços de Caldas</div> <div>19 e 20/07/2018 17ª Cia PM Mamb – Pouso Alegre</div> <div>08 e 09/08/2018 4ª Cia PM Mamb – Juiz de Fora</div> <div>09 e 10/08/2018 13ª Cia PM Mamb – Barbacena</div> <div>22 e 23/08/2018 8ª Cia PM Mamb – Governador Valadares</div> <div>23 e 24/08/2018 12ª Cia PM Mamb – Ipatinga</div> <div>11 e 12/09/2018 9ª Cia PM Mamb – Uberlândia</div> <div>12 e 13/09/2018 5ª Cia PM Mamb – Uberaba</div> <div>25 e 26/09/2018 6ª Cia PM Mamb – Lavras</div> <div>26 e 27/09/2018 7ª Cia PM Mamb – Divinópolis</div> <div>03 e 04/10/2018 16ª Cia PM Mamb – Unaí</div> <div>09 e 10/10/2018 15ª Cia PM Mamb – Teófilo Otoni</div> <div>16 e 17/10/2018 10ª Cia PM Mamb – Patos de Minas</div>	
					<div>Dezembro/2017</div> <div>Outorgas - Módulo I</div>		
					<div>Janeiro/2018</div> <div>Autorizações de Fauna</div>		
<div>15) reavaliar o modo de atuação da SEMAD, tendo em vista o extenso rol de competências que lhe foram outorgadas, de modo que sejam reservadas à Secretaria, em relação ao SISEMA, apenas e tão somente, atribuições voltadas ao planejamento, coordenação e supervisão, e não de execução, diante dos diversos órgãos e entidades especializados que integram o Sistema.</div>	<div>Gabinete/SEMAD</div>	<div>Daniela Diniz</div>	<div>A organização das competências da Semad foi realizada por meio de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, e atualmente estamos operacionalizando a recém aprovada Lei nº21.972 de 21 de janeiro de 2016. O decreto 47.042/2016 alterou as competências no âmbito da Semad de forma que várias competências retornaram às entidades vinculadas (IEF, FEAM, IGAM), por exemplo, atos autorizativos de outorga, intervenções florestais não vinculadas ao licenciamento ambiental.</div>	<div>* Atuação eficiente e dinâmica por parte dos órgãos que integram o Sisema</div> <div>* Competências melhor definidas</div> <div>* Gestão sistêmica dos problemas ambientais</div>	<div>Decreto 47.042 publicado em 06/09/2016</div> <div>*Decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018</div>	<div>Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018</div>	<div>Foram publicados os Decretos de Competências do IEF Decreto nº 47344, de 23/01/2018 do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos foram publicados no dia 24/01/2018 conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466 e da Feam, decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543</div> <div>Competências para emissão de atos autorizativos foram redistribuídas entre as entidades do Sisema conforme matéria, a exemplo das outorgas, que ficam agora a cargo do Igam, e da emissão de DAIA's, que passam a ser responsabilidade do IEF, dentre outras.</div>

			bem como a gestão de áreas abandonadas do plano de fechamento de minas e gestão de barragens de rejeito, que estão sob a gestão da FEAM.				
16) apresentar cronograma físico-financeiro, de modo a sanear as deficiências e suprir as demandas pontuadas no relatório final de auditoria, as quais deverão ser complementadas por meio de diagnósticos realizados por aquela Secretaria de Estado e pelos órgãos e entidades que integram a sua área de competência (art. 6º da Lei Estadual nº 21.972, de 2016), mediante a previsão e a observância de critérios	Subsecretaria de Gestão Regional - SUGER/SEMAD	Diogo Franco/ SUGER	Acompanhamento periódico do Plano de Ação elaborado em cumprimento às diretrizes do TCE, com o objetivo de garantir aos Dirigentes Máximos o conhecimento e a constante atualização das ações propostas, apresentar entregas relevantes e fomentar a resolução de entraves por meio da atuação da alta gestão.	<ul style="list-style-type: none"> * Melhor planejamento e controle das ações propostas; * Alinhamento entre o planejamento físico e o planejamento financeiro; * Subsídio à tomada de decisões; * Informações qualificadas; * Subsídio para a definição de prioridades da Semad; * Interlocução das áreas finalísticas com a alta direção. 	Continuado	As atividades do plano de ação que demandam execução de despesa estão previstas na Lei Orçamentária Anual, possuindo disponibilidade orçamentária e financeira para sua realização.	<p>Celebração de contrato de locação de veículos com a empresa Localiza.</p> <p>- Contrato nº 9130096 – IEF</p> <p>- Data de vigência do contrato: de 13/01/2017 até 13/09/2019.</p> <p>- Quantitativo de veículos: Sandero: 26 (vinte e seis); Camionete S10: 89 (oitenta e nove); Fiat Strada: 45 (quarenta e cinco).</p> <p>- Contrato nº 9074615 – SEMAD</p> <p>- Data de vigência do contrato: de 09/09/2016 até 09/05/2019.</p> <p>- Quantitativo de veículos: Sandero: 90 (noventa); - Camionete S10: 18 (dezoito).</p>

objetivos de priorização, a fim de garantir a segurança dos servidores e do patrimônio do Estado, bem como contribuir para a eficiência dos procedimentos inerentes à instrução dos processos de licenciamento ambiental, sob o crivo do SISEMA.

- Contrato nº 9054387 – SEMAD
- Data de vigência do contrato: de 19/05/2016 até 19/01/2019.
- Quantitativo de veículos: Veículo representação Sedan, (04 Unidades)

Estrutura física Suprams
Celebração do Contrato de Locação do Norte de Minas (Montes Claros): Em Montes Claros, foi finalizado processo de locação tamanho suficiente para abrigar e atender satisfatoriamente os 82 (oitenta e dois) servidores públicos lotados na unidade, bem como o público externo. Com o compromisso de prestar serviços de excelência no atendimento aos cidadãos, nas áreas de abrangência estabelecidas pelo Decreto 47.042 de 06 de setembro de 2016, que dispõe sobre a nova organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

Reforma do Núcleo Regional de Poços de Caldas e Lavras;
Para o Núcleo de Regularização Ambiental de Poços de Caldas, o DEER cedeu uma área para a SEMAD. A cessão do espaço tem prazo de 20 anos.

No NRRA de Lavras não houve reforma, mas houve a formalização de Termo de Concessão Onerosa de Uso com a UFLA. O local é espaçoso seguro, com estrutura e acessibilidade.

Recursos Tecnológicos
Entre 2015 e 2016 foram adquiridos 793 (setecentos e noventa e três) microcomputadores e 59 (cinquenta e nove) notebooks para atender a demanda da SEMAD e suas entidades vinculadas (sede e unidades regionais). Em 2016 também foram adquiridos servidores de informática e switches para compor o parque tecnológico do SISEMA. Em 2016 , 2017 e 2018 foram celebrados TACs, porém a incorporação dos bens permanentes só ocorreu em 2018, conforme demonstrado:

TAC LIGAS DE ALUMÍNIO S/A: 5 projetores , 23 scanners departamentais, 5 notebooks e 42 computadores.
TAC FUNDAÇÃO RENOVA: 04 projetores, 06 HDs externos, 188 computadores , 37 notebooks, 10 workstations.

Equipamentos de Proteção Individual - EPI
Em 2018 foram incorporados ao patrimônio da Semad os à SEMAD dos seguintes equipamentos de proteção individual - EPIs:

TAC FUNDAÇÃO RENOVA: 10 GPS, 9 câmeras, 06

							<p>lanternas de cabeça, 06 máscaras de apicultores, 03 trenas a laser, 03 mochilas estanques, 03 clinômetros, 10 capacetes de segurança, 10 botinas, 02 cronômetros.</p> <p>TAC GUANHÃES ENERGIA S/A: 10 lanternas de cabeça, 10 macacões, 03 câmeras digitais, 03 rádios de comunicação, 10 capacetes, 10 mochilas estanques, 12 luvas, 10 knee strong, 5 trenas, 10 perneiras e 10 cintos.</p> <p>TAC ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S/A: 20 macacões, 20 cintos de segurança, 20 lanternas de cabeça, 10 câmeras, 10 kits rádios de comunicação, 20 capacetes de segurança, 20 luvas de segurança, 20 joelheiras, 10 trenas a laser, 20 perneiras, 20 botas, 20 chapéus, 20 mochilas, 10 clinômetros e 20 facas.</p>
17)criar sistemática de acompanhamento das condicionantes, estabelecidas nas licenças concedidas, de modo a garantir seu cumprimento	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD	Flávio Aquino/ SEFIS	Com a reestruturação da SEMAD cada SUPRAM passou a possuir um Núcleo de Controle Ambiental – NUCAM que tem como objetivo de “promover o acompanhamento dos sistemas de controle ambiental dos empreendimentos devidamente regularizados, acompanhar e verificar, nos processos de regularização ambiental em que foi concedida licença de operação, o cumprimento de condicionantes	* Rotina de acompanhamento dos empreendimentos licenciados, permitindo assim verificar se os mesmos estão atendendo as condições operacionais estabelecidas no processo de licenciamento ambiental	Abril/2017	Instrução concluída e aplicação pelos NUCAM's	<p>A ação permanece sendo aplicada pelos NUCAMs, que elaboram relatórios sobre suas atividades e encaminham para a Subsecretaria de Fiscalização Ambiental. Por meio do Plano Anual de Fiscalização são estabelecidas metas para os NUCAMs. A ação está sendo executada conforme previsto. A Instrução de Serviço 04/2017 pode ser acessada através do link:</p> <p>http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/SEMAD/INSTRUcoes_SERVICO/IS_04-2017_-_Procedimentos_para_an%C3%A1lise_e_acompanhamento_de_condicionantes_pelos_NUCAMs.pdf</p> <p>A revisão da IS 04/2017 está prevista para ocorrer até dezembro de 2018.</p> <p>Para o PAF 2018, estão previstas as ações abaixo:</p> <p>- O PAF 2018 dos NUCAM's prevê a fiscalização de 35 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004.</p>

			estabelecidas pelo órgão ambiental competente". Além da criação do NUCAM foi elaborada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental				- O PAF 2018 das DFISC's, Diretorias da Sede e CIA's PM prevê 12 operações ordinárias da agenda marrom, subdivisão extração mineral.
18) estabelecer metodologia para estipulação de condicionantes, definindo critérios de classificação delas no que se refere à prioridade, relevância e risco, baseados nos objetivos e metas ambientais a serem alcançados no licenciamento das atividades de extração do minério de ferro	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Liliana Mateus/SUARA Coord. dos NUCAMs	Criação dos Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016, treinamentos dos profissionais, para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional. De forma complementar, a Diretoria de Apoio Técnico e Normativo que tem por finalidade prestar apoio e emanar diretrizes para o alinhamento dos aspectos técnicos e normativos em relação ao processo de	* Padronização do estabelecimento de condicionantes, no acompanhamento preventivo e na supervisão do cumprimento; * Acompanhamento ambiental preventivo; * Supervisão do cumprimento de condicionantes.	Há previsão de treinamentos sistemáticos com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, cujo primeiro está previsto para realizar-se em outubro de 2017. De forma complementar, ainda estão sendo realizadas visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas.	No período de 17 a 19 de outubro de 2017 será realizado curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro. Cronograma das visitas técnicas tratando acerca das dúvidas gerais sobre a regularização ambiental: 22 e 23 de junho Supram Alto São Francisco, 06 e 07 de julho Supram Zona da Mata, 13 e 14 de julho Supram Central Metropolitana, 31 de julho a 02 de agosto Supram Leste de Minas, 04 a 06 de setembro Supram Norte de Minas, 13 a 15 de setembro Supram Noroeste de Minas, 09 a 11 de outubro Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 13 e 14 de novembro Supram Sul de Minas, e 04 e 05 de dezembro Supram Jequitinhonha.	Capacitações realizadas, sob a coordenação da SUARA e apoio da SGDP, para servidores das nove Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM) no tema Direito Mineral e impactos ambientais na mineração (24 a 26-10-2017). 2) Visitas técnicas de alinhamento realizadas nas SUPRAM Alto São Francisco (22 e 23-06-2017); SUPRAM Zona da Mata (6 e 7-07-2017); SUPRAM Central Metropolitana (13 e 14-07-2017); SUPRAM Leste Mineiro (31-7 a 2-8-2017); SUPRAM Norte de Minas (4 a 6-09-2017); SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (9 a 11-10-2017). As visitas técnicas nas Suprams Noroeste de Minas, Sul de Minas e Jequitinhonha estão previstas para 2018. Em 2018 foram retomadas as visitas técnica às Suprams, com início na SUPRAM Noroeste de Minas em 06 a 08-08-2018, seguidas da Supram Sul de Minas em 13 e 14-8-18. Na Supram Jequitinhonha a visita será em 03 e 04-09-2018. No restante do ano serão feitas visitas às outras Supram visitadas em 2017: Alto São Francisco (Divinópolis): 4 e 5 de outubro; Triângulo Mineiro (Uberlândia): 8 a 10 de outubro; Leste de Minas (Governador Valadares): 7 a 9 de novembro; Zona da Mata (Ubá): 12 e 13 de novembro; Norte de Minas (Montes Claros): 12 a 14 de dezembro; Central (Belo Horizonte): 17 de dezembro. Foi também disponibilizado às Suprams o modelo de parecer único para LAS/RAS, que contém condicionantes de automonitoramento padrões a

			licenciamento ambiental e de autorização de intervenção ambiental no Estado, tem realizado visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas, metodologias e procedimentos de trabalho estão sendo criados e acompanhamento de ações.				serem utilizadas.																									
19) proceder ao planejamento da fiscalização ambiental integrada nos empreendimentos minerários, de forma rotineira, não limitada às operações especiais;	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - GESAD/FEAM	Flávio Aquino/ SEFIS Marina Melo/FEAM	Construção dos Planos Anuais de Fiscalização, mantendo a mesma metodologia adotada em 2017 no qual forma incluídas 38 operações de fiscalização das atividades minerárias, em razão da mineração estar incluída com um dos pontos de pressão ambiental de Minas Gerais. Além disso, na nova proposta de Decreto da FEAM, a GESAD tem a competência de "orientar, avaliar e	* Incremento do quantitativo de ações de fiscalização nos empreendimentos minerários * Padronização dos procedimentos * Diminuição dos prazos de análise	out/17	Definição da Metodologia de Trabalho	SUFIS: O PAF foi elaborado e aprovado até o fim de 2017, prevendo toda a ação fiscalizatória a ser executada até 31/12/2018. Destaque para a participação popular na construção do Plano. - Para apuração dos resultados a seguir foram consideradas as atividades da listagem A das DN 74/2004 e 217/2017, além de intervenções em Recursos Hídricos específicas para a atividade minerária (dragagem em cava e curso d'água e captação para rebaixamento de nível de água em mineração) <table><tr><th colspan="5">Fiscalização de Empreendimentos Minerários - NUCAM</th></tr><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Infrações Constatadas</th><th>Infrações / Atividades</th></tr><tr><td>2017</td><td>61</td><td>67</td><td>22</td><td>0,33</td></tr><tr><td>2018 *</td><td>23</td><td>28</td><td>20</td><td>0,71</td></tr><tr><td>Total</td><td>84</td><td>95</td><td>42</td><td>0,44</td></tr></table>	Fiscalização de Empreendimentos Minerários - NUCAM					Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações Constatadas	Infrações / Atividades	2017	61	67	22	0,33	2018 *	23	28	20	0,71	Total	84	95	42	0,44
					Fiscalização de Empreendimentos Minerários - NUCAM																											
Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações Constatadas	Infrações / Atividades																												
2017	61	67	22	0,33																												
2018 *	23	28	20	0,71																												
Total	84	95	42	0,44																												
					nov/17	Elaboração do PAF 2018																										

* até julho

			acompanhar a regularização ambiental de empreendimentos minerários para o seu encerramento e na fase de fechamento de mina, em articulação com órgãos e entidades do SISEMA.		dez/17	Aprovação do PAF 2018	<table><tr><th colspan="5">Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC</th></tr><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Infrações Constatadas</th><th>Infrações / Atividades</th></tr><tr><td>2016</td><td>218</td><td>278</td><td>197</td><td>0,71</td></tr><tr><td>2017</td><td>585</td><td>689</td><td>307</td><td>0,45</td></tr><tr><td>2018 *</td><td>144</td><td>179</td><td>124</td><td>0,69</td></tr><tr><td>Total</td><td>947</td><td>1146</td><td>628</td><td>0,55</td></tr></table> <p>* até julho</p> <p>Não é possível separar os resultados das fiscalizações de atividades potencialmente poluidoras realizadas pela PM de acordo com a listagem das DN's.</p> <p>FEAM: A Feam acompanha e fiscaliza empreendimentos minerários paralisados, abandonados ou em fase de fechamento de mina. São solicitados relatórios e o empreendimento é orientado a se regularizar junto ao órgão, seguindo as diretrizes da DN 127. Em 2017 foram fiscalizados cerca de 90 empreendimentos. Em 2018, a FEAM/GESAD promoveu a atualização das diretrizes estabelecidas pela DN COPAM 127/2008, motivando a publicação da DN COPAM 220/2018, e realizou a fiscalização de 12 empreendimento minerários para atendimento ao Ministério Público e a outras demandas da gerência. Vale ressaltar que a FEAM/GESAD é a responsável pela parte operacional da operação WATU, que fiscaliza as obras de recuperação das áreas afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão da SAMARCO na bacia do Rio Doce, e que no ano de 2018 já foram realizadas duas operações até o momento. Até o final do ano estão previstas mais duas operações.</p>	Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC					Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações Constatadas	Infrações / Atividades	2016	218	278	197	0,71	2017	585	689	307	0,45	2018 *	144	179	124	0,69	Total	947	1146	628	0,55
Fiscalização de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC																																					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Infrações Constatadas	Infrações / Atividades																																	
2016	218	278	197	0,71																																	
2017	585	689	307	0,45																																	
2018 *	144	179	124	0,69																																	
Total	947	1146	628	0,55																																	
					dez/18	Execução PAF 2018																															
20) envidar esforços com vistas à celebração de acordos de cooperação técnica com os órgãos	Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM/SURAM/SEMAD	Cibele Magalhães/DA GEM	Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016, o que fez	A criação de uma Diretoria de Apoio à Gestão Municipal contribui para o	Processo contínuo	Já houve a criação da Diretoria de Apoio à Gestão Municipal, cujo apoio aos municípios é contínuo. De forma complementar, entrou em vigência a	Municípios que aderiram à DN 213/17 e data da adesão: Além Paraíba 10/06/2018, Araporã 11/08/2017, Araújos 26/12/2017, Belo Vale 11/07/2017, Barbacena 03/10/2017, Bom Despacho																														

<p>municipais de meio ambiente nos municípios impactados pelos empreendimentos minerários, objetivando a realização de trabalhos conjuntos de fiscalização, de forma a permitir uma maior integração entre os órgãos ambientais</p>			<p>com que fosse criada a Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM. Revogação da Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006 e vigência do Decreto Estadual n.º 46.937/2016. Já celebraram convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado, visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal os seguintes municípios: Belo Horizonte; Betim; Brumadinho; Contagem; Juiz de Fora; Uberaba; e Ibirité.</p> <p>Em 2017 os municípios de Contagem e Betim ampliaram as atribuições estabelecidas nos acordos de cooperação técnicas anteriores passando pela regularização de empreendimentos classe 05, nos termos da DN 074/04</p>	<p>aumento do vínculo do órgão ambiental estadual com os municípios localizados em sua base territorial, prestando maior apoio a esses. O Decreto Estadual n.º 46.937/2016 racionalizou os requisitos exigidos pela Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006, visando ao aumento da Delegação da Gestão Ambiental Municipal para celebração de acordos de cooperação técnica. A delegação contribui para maior controle das atividades, considerando a facilidade e a otimização da gestão territorial, além de contribuir para a diminuição do passivo de processos de regularização ambiental em processamento e análise pelo órgão estadual. A partir da estruturação dos municípios impulsionados pela Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, esses estarão cada vez mais capacitados quanto à fiscalização da atividade e controle ambiental, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para as atividades de regularização ambiental de impacto local, contribuindo para o aumento do número de municípios interessados na delegação de competências originárias do órgão</p>	<p>Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, em que 61 municípios já manifestaram interesse em aderir às competências nela estabelecidas, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para a regularização ambiental das atividades de impacto local, contribuindo para o aumento da delegação de competências. Percebe-se que o Estado tem envidado esforços em capacitar seus municípios para que esses assumam cada vez mais competências relacionadas à regularização ambiental</p>	<p>23/04/2018, Barra Longa 16/07/2018, Carmo do Cajuru 15/09/2017, Felixlândia 01/12/2017, Frutal 05/06/2017, Itabira 13/11/2017, Itabirito 10/07/2017, Itajubá 22/09/2017, Lagoa Santa 01/02/2018, Limeira do Oeste 16/05/2018, Malacacheta 22/09/2017, Mariana 15/08/2017, Montes Claros 08/12/2017, Muriaé 09/10/2017, Pará de Minas 02/10/2017, Patrocínio 02/05/2017, Pompéu 15/12/2017, Ponte Nova 21/05/2018, Prata 05/02/2018, Ribeirão das Neves 01/12/2017, Sacramento 22/08/2017, Santa Luzia 17/07/2017, Teófilo Otoni 04/07/2018, Três Marias 11/07/2017, Tupaciguara 15/09/2017, Viçosa 10/05/2018.</p> <p>Para acessar informações atualizadas sobre os municípios aptos a exercer a atribuição originária acessar o link:</p> <p>http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/358-manifestacao-dos-municipios-com-competencia-originaria</p> <p>Até agosto de 2018, os seguintes 151 municípios receberam treinamento/capacitação: Açucena, Água Comprida, Além Paraíba, Andradas, Araçuaí, Araporã, Araújo, Arcos, Augusto de Lima, Barbacena, Belo Oriente, Belo Vale, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Botelhos, Botumirim, Brumadinho, Buenópolis, Cambuí, Campanha, Capinópolis, Capitólio, Carlos Chagas, Carmo da Cachoeira, Carmo do Cajuru, Cascalho Rico, Cataguases, Catuti, Chale, Claro dos Poções, Claudio, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Contagem, Coqueiral, Coromandel, Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Dom Joaquim, Dolores de Guanhanes, Extrema, Felixlândia, Francisco Dumont, Francisco Sá, Frutal, Gonçalves, Governador Valadares, Guaranésia, Guajupé, Ibica, Ibituruna, Igarapé, Igatama, Ijaci, Indianópolis, Inhapim, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirito, Itaipé, Itajubá, Itanhandu, Itaúna, Ituiutaba, Jaguarac, Jaiba, Januária, Japonvar, Jequitai, João Monlevade, João Pinheiro, Juatuba, Ladainha, Lagoa Santa, Lajinha, Leopoldina, Limeira do Oeste, Malacacheta, Mamonas, Manhuaçu, Mantena, Mariana, Mario Campos, Martinho Campos, Medina, Mirabela, Monte Alegre de Minas, Montes Claros, Muriaé, Nanuque, Nepomuceno, Nova Modica, Nova Serrana, Olhos d'Água, Pains, Pará de Minas, Patrocínio, Pedras de Maria da Cruz, Perdigo, Piumhi, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pocrane, Pompeu, Ponte Nova, Pouso Alto, Presidente Olegário, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Sacramento, Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Santana do Jacaré, Santana do Paraíso, Santo Antonio do Monte, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Para, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São</p>
---	--	--	---	---	--	---

				<p>ambiental estadual. Além disso, seis municípios já manifestaram adesão ao licenciamento ambiental com competência originária, sendo eles: Patrocínio, Frutal, Itabirito, Belo Vale, Três Marias e Santa Luzia.</p>			<p>João do Jacuí, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São José do Alegre, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, Sarzedo, Serra do Salitre, Sete Lagoas, Sobralia, Taparuba, Tarumirim, Timóteo, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tupaciguara, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Várzea da Palma, Vazante e Viçosa.</p>
<p>21) estimular a criação de comissões institucionais especiais de acompanhamento de impactos ambientais com representantes comunitários ou organizações não governamentais</p>	<p>Assessoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - ASSEA/SEMAD</p> <p>Assessoria de Comunicação - ASCOM/SEMAD</p>	<p>André Luis Ruas/ASSEA</p>	<p>Ação 01: Manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMAnet) de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc.</p> <p>Ação 02: Realizar amplas campanhas de divulgação das ferramentas de denúncia ambiental do SISEMA, conjugadas com a divulgação das informações e documentos sobre os empreendimentos minerários, fomentando a participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais destes empreendimentos.</p> <p>Ação 03: Promover as reuniões da Câmara</p>	<p>Maior participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários, através do aumento da transparência e da gestão participativa, somando esforços e complementando as ações de fiscalização em parceria com o Estado, e consequentemente fomentando a fiscalização às infrações ambientais e a melhoria da qualidade ambiental no Estado.</p>	<p>até agosto/2018</p>	<p>Ação 01: Conforme Plano de Ação de atendimento da recomendação nº 05.</p>	<p>Em 01/02/18 foi homologado Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais nos autos da Ação Civil Pública nº 2500927-09.2013.8.13.0024, onde na cláusula 2.1 há previsão de implementação do Portal da Transparência em um ano, ou seja, até 01/02/19. Para cumprimento dos prazos e obrigações do Acordo, foi publicada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2671 de 29/08/2018, publicada em 31/08/2018. O desenvolvimento do portal já está em andamento e a previsão para conclusão é novembro/2018</p> <p>Como ação complementar à Recomendação nº 21, é realizado o Programa "Diálogos do Sisema", instituído por meio da Resolução Semad nº 2.565, de 12 de dezembro de 2017, cujo objetivo é fomentar a gestão participativa e a discussão das políticas públicas de meio ambiente da sociedade mineira com os órgãos que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a saber: Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, Instituto Estadual de Florestas – IEF, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. O Programa visa abrir espaço para o debate do poder público com a sociedade civil, garantindo o exercício da cidadania, por meio da realização de reuniões abertas ao público em geral, para apresentação e discussão de temas ambientais, fomentando a transparência e a</p>

			<p>Técnica Especializada de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, com participação de um representante de Organização Não Governamental como membro permanente e também da sociedade civil em geral, principalmente de representantes de comunidades atingidas e outras ONGs ambientalistas, como público, para discussão dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários de grande porte passíveis de licenciamento ambiental.</p>			<p>democratização das informações ambientais. As reuniões do Programa “Diálogos com o SISEMA” são realizadas mensalmente desde fevereiro de 2018. Até a presente data, foram realizadas seis reuniões com os seguintes temas: “As inovações do Sistema de Informações Geográficas do SISEMA para a Gestão Ambiental Territorial e sua interface com as novas regras do Licenciamento Ambiental – Plataforma-IDE”, apresentado pela SEMAD em 1º de fevereiro; “Medidas de Enfrentamento da Escassez Hídrica”, pelo IGAM em 1º de março; “Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação: Desafios e Oportunidades”, pelo IEF em 05 de abril; “As Mudanças Climáticas e Seus Impactos na Sociedade Mineira”, pela FEAM em 03 de maio; “O Desafio da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos e a Nova Oportunidade de Melhoria Disponibilizada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente por Meio de Parceria”, pela FEAM em 07 de junho; e “Municipalização: Uma Estratégia para a Gestão Ambiental”, pela SEMAD em 04 de junho. Devido às restrições legais durante o período eleitoral, foram suspensos os encontros do Programa nos meses de agosto, setembro e outubro de 2018. De fevereiro a julho de 2018, o Programa já alcançou 340 cidadãos, dentre eles representantes de órgãos públicos, empresas, comitês de bacia hidrográfica, estudantes, professores, Organizações Não Governamentais e sociedade em geral.</p>
				Continuado	Ação 02: Imediatamente após a conclusão das medidas da ação anterior.	Posterior às etapas acima.
				Continuado	Ação 03: Ação em andamento desde fevereiro/2017, sendo realizada de forma permanente.	<p>As reuniões acontecem de forma continuada, mensalmente, por meio da Câmara Técnica de Atividades Minerárias - CMI do COPAM, conforme pode se aferir através do link: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/copam_reunioes.asp?x_camara=CPA</p>

22) observar os requisitos especificados nos incisos I e II e no parágrafo único do art. 2º da DN COPAM nº 167, de 2011, como condição de validade das medições ambientais, constantes dos relatórios e certificados de calibração, emitidos pelos laboratórios prestadores de serviços ambientais no Estado de Minas Gerais	<p>Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD</p> <p>Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs</p>	<p>Flávio Aquino/SEFIS</p> <p>Coord. dos NUCAMs</p>	<p>Em face da recomendação é necessário a procedimentação para fins de aplicação dos critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011, em especial das avaliações dos automonitoramentos. Como já informado, foi feita alteração na estrutura orgânica do Sisema, por meio da vigência da Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que culminou, posteriormente, com a edição do Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Nesta alteração foram criados os NUCAMs, que se dedicam ao acompanhamento dos empreendimentos licenciados. Visando garantir a aplicação dos critérios da DN 167/2011 e outros procedimentos, foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental – NUCAMs.</p>	Um dos objetivos das instruções de serviço é a padronização de procedimentos por todas as unidades administrativas da SEMAD, deste modo espera-se que com edição da IS 04/2017 todos os servidores passem a observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011.	Abril/2017	<p>Instrução concluída e aplicação pelos NUCAM's e DREG's</p>	<p>A revisão da DN 167/11 foi concluída com a publicação da DN 216/17, de 27/10/017 em que, dentre as obrigações já previstas na DN 167/11 ressalta-se os avanços dos seguintes pontos:</p> <p>1- Limitou a emissão de laudos de pressão sonora e vibração por profissionais autônomos sem acreditação/Reconhecimento de competência até 01 de janeiro de 2020. Posterior a essa data todos os laudos emitidos devem ser por ente (pessoa física ou jurídica) acreditados/reconhecidos.</p> <p>2- Retornou com a obrigação de lista entes a) credenciados; b) reconhecida e competência e c) em processo de reconhecimento e/ou acreditação no site da FEAM, e</p> <p>3- Cria critérios para cadastro e descadastramento de entes.</p> <p>http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/190742</p>
--	--	---	--	---	------------	---	---

			<p>Criação dos NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016.</p> <p>O analista lotado no NUCAM vai aferir se a medição recebida é proveniente de laboratório cadastrado. Também foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017, que estabelece a necessidade de observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011. De toda a forma, no âmbito do Gabinete do Secretário Adjunto está sendo coordenado um trabalho de análise da eficácia da DN 167/2011.</p>	<p>A análise do autormonitoramento será realizada por uma unidade específica da Superintendência Regional de Meio Ambiente, não se confundindo, essa unidade, com aquela destinada a licenciar os empreendimentos, o que possibilitará maior efetividade do órgão ambiental no controle dos empreendimentos licenciados/autorizados ambientalmente.</p>	<p>Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs</p>	<p>Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs.</p>	
<p>23) promover a revisão da DN COPAM nº 12, de 1994, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas, de forma a: A) estabelecer rito mais objetivo, que favoreça o esclarecimento de dúvidas e debates, bem como a incorporação, no parecer técnico, das contribuições dos participantes; B) garantir que as informações prestadas pelo empreendedor estejam adequadas à compreensão do público alvo e que o local destinado à realização da audiência pública tenha capacidade para atender à demanda esperada, bem como condições adequadas de infraestrutura e de acesso público; C) propiciar a realização de devolutivas, que esclareçam à população, de forma fundamentada, quais as</p>	<p>Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD</p> <p>Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD</p>	<p>Liliana Mateus/SUARA</p> <p>Bruno Tavares/ASNOP</p>	<p>Revisão da DN n.º 12/1994 após a revisão da DN n.º 74/2004, que ocorrerá até o final do ano de 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Devolutiva do órgão à sociedade • Maior conhecimento da população acerca das datas e locais de realização de Audiências Públicas • Maior conhecimento da população acerca da instalação dos empreendimentos. 	<p>abr/18</p>	<p>Conclusão da revisão da DN 12</p>	<p>A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383.</p>

contribuições foram acatadas e quais não foram; D) estabelecer a possibilidade de realização de reuniões preparatórias à audiência, com o objetivo de difundir conhecimento e promover a mobilização da comunidade; E) estabelecer mecanismos para que a audiência pública corresponda a um processo de consulta à comunidade afetada durante certo período, e não apenas em uma única reunião; F) aperfeiçoar os mecanismos de publicidade das audiências públicas, por meio de ferramentas de maior alcance, como a internet, a fim de divulgar, previamente, o local, a data e o horário de sua realização, além do relatório-síntese, vídeo e áudio; e, G) divulgar, de forma mais ampla, o conteúdo dos estudos ambientais para que a população possa compreender os impactos ambientais do empreendimento;

jun/18

Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM

<p>24)aprimorar as análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental das atividades minerárias, de forma a garantir que o meio ambiente seja considerado de forma ampla, justificando, quando for o caso, os motivos pelos quais as demandas apresentadas nas audiências públicas fogem à competência do SISEMA</p>	<p>Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD</p>	<p>Liliana Mateus/SUARA</p>	<p>Entraram em vigência nos últimos anos diversos instrumentos normativos, a saber: Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.937, de 21 de janeiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.953, de 23 de fevereiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.993, de 02 de maio de 2016. Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Decreto Estadual n.º 47.137, de 24 de janeiro de 2017. Deliberação Normativa COPAM n.º 210, de 21 de setembro de 2016. Deliberação Normativa COPAM n.º 213, de 22 de fevereiro de 2017. Deliberação Normativa COPAM n.º 214, de 26 de abril de 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar as análises técnicas nos processos de licenciamento ambiental • Padronizar os procedimentos entre todas as SUPRAMs e SUPPRI. 	<p>Continuado</p>	<p>-</p>	<p>Foram editadas as seguintes normas: DN 215/17 - Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de validade das licenças de instalação, conforme o disposto no inciso II do art. 2º do Decreto 47.137, de 24 de janeiro de 2017, que altera o inciso II do art. 10 do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008; (http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44298) DN 216/17 - Dispõe sobre as exigências para laboratórios que emitem relatórios de ensaios ou certificados de calibração referentes a medições ambientais; (http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46098) DN 217/17 - Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; (http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558) Decreto 47.383/18 - Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. Alterado pelo Decreto 47.474, publicado em 23/08/2018. (https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47474&comp=&ano=2018&texto=original) DN 220/18 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a paralisação temporária da atividade minerária e o fechamento de mina, estabelece critérios para laboração e apresentação do relatório de Paralisação da Atividade Minerária, do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD e do Plano Ambiental de Fechamento de Mina - PAFEM e dá outras providências. (http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45938)</p>
--	---	-----------------------------	--	--	-------------------	----------	--

<p>25)desenvolver instrumentos para padronização de procedimentos, com a finalidade de orientar os servidores da SEMAD sobre o processo participativo das audiências públicas.</p>	<p>Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD</p> <p>Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD</p> <p>Superintendência de Políticas Regionais - SUPOR/SUGER/SEMAD</p>	<p>Bruno Tavares/ASNOP</p> <p>Pedro Calixto/STI</p> <p>Breno Lasmar/SUPOR</p>	<p>O Decreto Estadual nº 47.042 de 06 de setembro de 2016, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inseriu na estrutura orgânica da Semad a Assessoria de Normas e Procedimentos – Asnop.</p> <p>A Asnop tem dentre suas atribuições a execução de ações visando ao alinhamento estratégico de normas e procedimentos de natureza técnica para a execução dos atos autorizativos, fiscalização e monitoramento ambiental no âmbito do Sisema.</p> <p>De acordo com o art. 8º do decreto em comento, compete à Asnop: “I – padronizar o formato para emissão de normas ambientais e procedimentos de trabalho e serviço, em conjunto com as subsecretarias da Semad, entidades vinculadas e órgãos conveniados, a fim de criar bancos de dados consolidados para consulta pelos agentes do Sisema e público externo,</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição clara do rito da audiência pública, de modo que as normas vigentes sejam aplicadas de forma padronizada, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, por todos os servidores da Semad; • Otimização da divulgação de informação ao público alvo da audiência pública. • Definição de procedimentos operacionais mais adequados; • Atualização dos procedimentos; • Padronização dos fluxos de trabalho. 	<p>jun/18</p>	<p>Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM</p>	<p>A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383</p>
--	--	---	--	---	---------------	---	---

		<p>quando for o caso; II – propor, elaborar e apoiar o aperfeiçoamento de normas e procedimentos administrativos e técnicos que visem a garantir a efetividade das ações e da sistemática de análise e emissão de atos autorizativos, da fiscalização e monitoramento ambiental; III – harmonizar e uniformizar normas e procedimentos de trabalho e serviço no âmbito do Sisema; IV – coordenar a elaboração de minutas de atos normativos e acompanhar sua tramitação, observado o disposto no inciso VIII do art. 10; e V – atuar, apoiar e zelar pela uniformização da ação das diretorias de controle processual das Suprams, no que se refere à aplicação das normas de direito ambiental, observado o disposto no inciso III do art. 10.”</p> <p>Os instrumentos de orientação elaborados pelas diversas áreas do Sisema serão submetidos à Asnop para harmonização, padronização e disponibilização no sítio eletrônico da Semad, na aba "Padronização de Procedimentos" de forma a permitir o acesso a todos os integrantes do Sisema e à sociedade, quando se tratar de aplicação geral.</p> <p>Os instrumentos de orientação padronizados são apresentados, em numeração sequencial, observado o ano de sua edição. Os instrumentos de orientação a serem</p>	set/18	<p>Elaboração de instrumento de orientação, nos termos da Orientação Sisema n.º 01/2016.</p>	<p>Tendo em vista que a Deliberação Normativa Copam nº 225, de 25 de julho 2018, possui caráter estritamente procedimental, não vislumbrou-se a necessidade de elaboração de instrução de serviço ou orientação Sisema para sua aplicação.</p> <p>No entanto, foi instituído por meio da Resolução Semad nº 2.683, de 31 de agosto de 2018, e está disponível no sítio eletrônico da Semad, o Sistema de Consulta e Requerimento de Audiências Públicas, ferramenta procedimental que tem por finalidade a disponibilização, recepção dos requerimentos e comunicações gerais acerca dos processos de licenciamento ambiental passíveis de realização de audiências públicas, qualquer que seja a classe de enquadramento ou o fator locacional incidente.</p> <p>para acessar o sistema utilize o link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/529-consulta-e-requerimento-de-audiencia-publica</p>
--	--	--	--------	--	---

		<p>emitidos pela Asnop são de duas espécies, quais sejam (i) Orientação Sisema: para padronização de procedimentos já estabelecidos, que não demandem fundamentação técnica, jurídica ou administrativa aprofundada; (ii) Instrução de Serviço Sisema: para padronização de procedimentos que demandem análise e fundamentação técnica, jurídica ou administrativa detalhada.</p> <p>Considerando a necessidade de edição de instrumento de orientação, direcionado aos servidores da Semad, sobre o processo participativo das audiências públicas, este será elaborado em articulação com a Asnop; a fim de garantir maior efetividade à audiência pública realizada no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental. A Orientação Sisema ou Instrução de Serviço Sisema a ser elaborada deverá ter como objeto principal o esclarecimento quanto ao rito de desenvolvimento da audiência pública, nos termos da Deliberação Normativa Copam n.º 12/1994, que regula atualmente a matéria; definindo, ainda, as formas de divulgação e de informação ao público alvo. Após a revisão da DN, haverá o desenvolvimento de Sistema para audiências e consultas públicas; seguido de orientações às</p>			
--	--	---	--	--	--

		<p>SUPRAMs acerca dos novos procedimentos.</p> <p>Conforme indicado, entretanto, a Deliberação Normativa Copam n.º 12/1994 será objeto de ampla revisão, com previsão de conclusão em abril de 2018. Desse modo, consideramos mais adequado que o instrumento de orientação seja elaborado após a revisão da Deliberação Normativa Copam n.º 12/1994, a fim de otimizar a atuação do órgão ambiental.</p> <p>A Orientação Sisema ou Instrução de Serviço Sisema a ser elaborada deverá ter como objeto principal o esclarecimento quanto ao rito de desenvolvimento da audiência pública, nos termos do normativo a ser aprovado pelo Copam; definindo, ainda, as formas de divulgação e de informação ao público alvo. Após a revisão da DN, haverá o desenvolvimento de Sistema para audiências e consultas públicas; seguido de orientações às SUPRAMs acerca dos novos procedimentos.</p>				
--	--	---	--	--	--	--